Portaria n.º 21 961

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, com parecer favorável dos competentes serviços do Ministério das Corporações e Previdência Social, aprovar o novo Regulamento da Acção de Assistência da Caixa de Previdência da Câmara dos Despachantes Oficiais, que vai ser publicado com esta portaria e que substituirá o regulamento aprovado pela Portaria n.º 16 205, de 12 de Março de 1957.

Ministério das Finanças, 19 de Abril de 1966. — O Ministro das Finanças, *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês*.

**REGULAMENTO DA ACÇÃO DE ASSISTÊNCIA
DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA
DA CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS**

Artigo 1.º Nos termos do artigo 16.º do Regulamento da Caixa é elaborado o presente Regulamento da Acção de Assistência, que completará a função específica de previdência, concedendo socorros extraordinários aos beneficiários, desde que se verifiquem, a juízo da direcção da Caixa, situações atendíveis.

Art. 2.º A título de assistência, a Caixa concederá subsídio de invalidez aos beneficiários que, por motivo de doença ou acidente ocorrido antes de terem atingido a idade para a reforma, forem considerados definitivamente incapazes do exercício da profissão.

§ 1.º O subsídio de invalidez somente será atribuído aos beneficiários que tenham pago integralmente as contribuições devidas à Caixa durante o prazo mínimo de dez anos.

§ 2.º O quantitativo mensal do subsídio de invalidez não poderá ser superior ao estabelecido para cada classe no artigo 11.º do Regulamento da Caixa.

§ 3.º A Caixa comunicará à direcção da respectiva alfândega a data a partir da qual o despachante foi considerado incapaz para o exercício da profissão.

Art. 3.º O despachante oficial que se julgue com direito a assistência deverá requerê-la, por escrito, à direcção da Caixa, justificando claramente a razão do seu pedido.

§ 1.º Se o pedido tiver como fundamento a invalidez do requerente, deverá a mesma invalidez ser atestada por dois médicos, um dos quais escolhido pela Caixa e o outro pelo interessado.

No caso de as opiniões dos médicos divergirem, recorrer-se-á ao delegado ou subdelegado de saúde da área da residência do despachante.

§ 2.º Se o pedido tiver outro fundamento, ser-lhe-á remetido questionário do modelo junto a este regulamento, que deverá ser devolvido devidamente preenchido para organização do respectivo processo de assistência.

Art. 4.º Exceptuando o subsídio de invalidez, o restante auxílio, dado o seu carácter eventual, pode ser prestado através de um donativo único ou de subsídio mensal.

§ 1.º O donativo único, até ao montante de 5000\$, pode ser atribuído quando se verificarem comprovadas condições de vida precária do despachante oficial ou ainda quando por morte deste se observem idênticas razões nas pessoas de família que estavam a seu cargo.

§ 2.º O subsídio mensal será atribuído dentro do limite de 2000\$.

Art. 5.º A concessão de auxílio só poderá verificar-se depois de aprovada em reunião de direcção, em cuja

acta deverão estar claramente expressas as condições em que o mesmo auxílio é votado.

Art. 6.º As despesas resultantes da acção de assistência serão suportadas pelo fundo de assistência, que é constituído:

- a) Pelo rendimento do próprio fundo;
- b) Pelo rendimento do fundo de reserva;
- c) Pelos donativos, subvenções, legados ou heranças que se lhe destinem;
- d) Pelas quantias prescritas nos termos legais;
- e) Pela parte do saldo anual da gerência que lhe for destinada nos termos do artigo 31.º do Regulamento da Caixa.

§ único. O saldo anual da gerência relativo ao fundo de assistência transitará para o ano seguinte, dentro da respectiva rubrica.

Art. 7.º Os beneficiários que estejam auferindo subsídio de invalidez serão sujeitos a exame médico sempre que a direcção da Caixa entender conveniente e, obrigatoriamente, uma vez por ano nos primeiros cinco anos.

§ 1.º Se pelo exame médico previsto neste artigo resultar a verificação da inexistência de invalidez, os beneficiários poderão requerer novo exame, nos termos do § 1.º do artigo 3.º

§ 2.º O subsídio será mantido ou anulado de harmonia com o resultado do aludido exame.

§ 3.º O beneficiário, caso venha a ser considerado apto para o exercício da profissão, terá todos os direitos concedidos pela Caixa, uma vez reinscrito na Câmara, observadas que sejam as disposições legais aplicáveis.

Art. 8.º Os beneficiários que estejam sendo assistidos pela Caixa por motivo de invalidez passarão, automaticamente, à situação de reforma por velhice a partir do primeiro dia do mês seguinte àquele em que atinjam a idade prevista para a reforma.

Art. 9.º Sempre que a direcção o entender, e pelo menos de dois em dois anos, deverá proceder-se à revisão dos processos, procurando obter pelos meios que julgar mais convenientes as informações necessárias a essa revisão.

Art. 10.º O beneficiário assistido com subsídio mensal deverá apresentar anualmente prova de vida, pela forma que a direcção da Caixa considerar suficiente.

Art. 11.º O beneficiário que, notificado por carta registada, com aviso de recepção, deixe de prestar, no prazo que for estabelecido, as informações pedidas, perderá imediatamente o direito ao subsídio.

Art. 12.º O beneficiário tem o dever de comunicar à Caixa qualquer alteração que ocorra depois do preenchimento do questionário referido no § 2.º do artigo 3.º, sob pena de, não o fazendo, perder direito ao subsídio, sem prejuízo do reembolso à Caixa de auxílios que tenha recebido indevidamente.

Art. 13.º Constituem motivos para a anulação do subsídio:

- a) Caducarem as condições que determinaram o auxílio;
- b) Prestação de falsas declarações pelo beneficiário;
- c) Procedimento lesivo do prestígio da Caixa ou da Câmara;
- d) Comportamento prejudicial ao bom nome da classe.

Art. 14.º A organização dos processos e respectivo expediente pertencem aos serviços da Caixa.

Ministério das Finanças, 19 de Abril de 1966. — O Ministro das Finanças, *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês*.

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS

ACÇÃO DE ASSISTÊNCIA

Número de inscrição :

Câmara . . .
Caixa . . .

QUESTIONÁRIO

- Nome . . .
Residência . . .
Estância aduaneira a que pertence . . .
Idade . . .
Data da nomeação . . .
Estado . . .
A esposa contribui para o sustento do lar? . . . (Ocupação e ordenado) . . .
Número de filhos que coabitam, respectivas idades e sexos . . .
. . .
. . .
Tem algum coabitante empregado? . . . (Onde trabalha e quanto aufer) . . .
Tem outras pessoas a seu cargo, além de mulher e filhos? . . . (Indicar quais) . . .
. . .
Contribuem essas pessoas para o sustento do lar? . . . (Indicar em que medida) . . .
. . .
Possui bens imóveis ou rendimentos de quaisquer espécies? . . .
. . .
Recebe quaisquer proventos além dos que dá a profissão de despachante oficial? . . .
Recebe qualquer subsídio de alguma associação de socorros mútuos, companhia de seguros ou de outras entidades ou pessoas de família? . . .
Tem alguma doença grave ou incurável? . . . (No caso afirmativo, juntar atestado médico).
Tem sua esposa ou algum filho doença grave ou incurável? . . . (No caso afirmativo, juntar atestado médico).
Já incorreu em algum processo disciplinar? . . .
. . ., . . . de . . . de 19 . . .

O Declarante,

Os abaixo assinados, . . . e . . ., despachantes oficiais da Alfândega de . . ., confirmam as declarações constantes deste questionário e atestam a necessidade de o declarante ser assistido pela Caixa de Previdência da Câmara dos Despachantes Oficiais.

. . ., . . . de . . . de 19 . . .

Ministério das Finanças, 19 de Abril de 1966. — O Ministro das Finanças, *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DAS COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 21 962

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e das Comunicações, que, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 39 083, de 17 de Janeiro de 1953, sejam desafectadas do domínio público do Estado duas parcelas de terreno situadas em Lisboa, no Poço do Bispo, freguesia dos Olivais, na área de jurisdição da Administração-Geral do Porto de Lisboa, em conformidade com a planta anexa à presente portaria, da qual faz parte integrante, e assim identificadas:

Parcela A, com a área de 372 m², confrontando pelo norte com terrenos da Câmara Municipal de Lisboa e parcela B; pelo nascente e sul com instalações da Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, e pelo poente com terrenos da Câmara Municipal de Lisboa.

Parcela B, com a área de 220 m², confrontando pelo norte e nascente com instalações da Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca; pelo sul com a parcela A, e pelo poente com terrenos da Câmara Municipal de Lisboa.

Ministérios das Finanças e das Comunicações, 19 de Abril de 1966. — O Ministro das Comunicações, *Carlos Gomes da Silva Ribeiro*. — Pelo Ministro das Finanças, *Ricardo Augusto Parreira de Haria Blanc*, Subsecretário de Estado do Tesouro.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Embaixada da Polónia em Londres, a Espanha depositou em 6 de Dezembro de 1965, junto dos arquivos do Governo Polaco, o instrumento de adesão ao Protocolo da Haia, assinado em 28 de Setembro de 1955, que emenda a Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, assinada em Varsóvia em 12 de Outubro de 1929.

A adesão da Espanha àquele Protocolo produz efeitos a partir de 6 de Março de 1966.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 4 de Abril de 1966. — O Director-Geral, *José Calvet de Magalhães*.

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Embaixada da Polónia em Londres, o Principado de Listenstaina depositou em 3 de Janeiro de 1966, junto dos arquivos do Governo Polaco, o instrumento de ratificação do Protocolo da Haia, assinado em 28 de Setembro de 1955, que emenda a Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, assinada em Varsóvia em 12 de Outubro de 1929.

A adesão do Principado de Listenstaina àquele Protocolo produz efeitos a partir de 3 de Abril de 1966.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 4 de Abril de 1966. — O Director-Geral, *José Calvet de Magalhães*.